

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.832 - SC (2020/0046902-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**RECORRENTE : BEATRIZ PACHECO WESTPHAL**  
**ADVOGADOS : JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM - SC016298**  
**ADRIANO FERREIRA - SC027404**  
**FELIPE ROEDER DA SILVA - SC032650**  
**JOSIANE ANTUNES - SC046789**  
**CAIO HENRIQUE BOCCHINI - SC038517**  
**ADVOGADA : SABRINA ALESSANDRA PEREIRA - SC053701**  
**RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADOR : DANIEL RODRIGUEZ TEODORO DA SILVA - SC020105**

**DESPACHO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial em que se busca a correta interpretação da legislação federal sobre a seguinte questão jurídica infraconstitucional: **(im)possibilidade de compensação de honorários advocatícios com o crédito principal da parte, quando fixados em processos distintos.**

Conforme destaquei às e-STJ fls. 224-226, a matéria em debate neste processo, ainda não especificamente decidida pelo Superior Tribunal de Justiça sob o rito dos recursos repetitivos, apresenta expressivo potencial de multiplicidade, como comprovam diversos julgamentos proferidos pelas turmas que compõem a Primeira Seção do STJ, possuindo, ainda, indicação de uniformidade de entendimento perante esta Corte.

Cito, a título ilustrativo, os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.842.094/SC, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AREsp n. 1.231.423/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 27/03/2019; AgInt no AgInt no REsp n. 1.609.915/RS, relator Ministro Mauto Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/12/2016; e REsp n. 1.402.616/RS, relator para acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 02/03/2015.

Note-se, ademais que o Superior Tribunal de Justiça decidiu submeter à sistemática dos repetitivos controvérsia jurídica correlata à veiculada nestes

autos, catalogada como **Tema repetitivo 587**, da relatoria do Ministro Mauro Campbell, em que a Corte Especial decidiu pela impossibilidade de se compensarem os honorários fixados em embargos à execução com aqueles fixados na própria ação de execução, o que demonstra a preocupação desta Corte com a uniformização de posicionamento nessa matéria, cuja potencialidade de repetição é inerente ao próprio tema.

Nesse sentido, com base na diretriz regimental prevista no art. 46-A, de que cabe à Comissão Gestora de Precedentes acompanhar, inclusive antes da distribuição, processos que possuam matérias com potencial de repetitividade aptas a serem submetidas ao STJ sob a sistemática dos recursos repetitivos, **qualifiquei** este recurso como representativo de controvérsia, com o encaminhamento ao Ministério Público Federal (RISTJ, art. 256-B, II) e com a intimação das partes para se manifestar sobre a possível afetação deste recurso ao rito dos repetitivos.

Em cumprimento, a Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da Subprocurador-Geral da República Brasilino Pereira dos Santos, opinou pela admissibilidade do recurso como representativo da controvérsia.

No mesmo sentido, manifestou-se a recorrente, podendo ser destacado o seguinte trecho de sua petição (e-STJ, fls. 236-242):

*Com a definição destas questões se alcançará a finalidade do julgamento repetitivo, atentando-se ainda, para o fato de que é evidente a multiplicidade de recursos quanto à matéria, exigindo que os d. Ministros deste c. Superior Tribunal de Justiça repliquem em variados casos (idênticos ao presente) o já firme entendimento pela impossibilidade do abatimento do crédito exequendo, mediante compensação dos honorários fixados em favor do advogado do executado na impugnação ao cumprimento de sentença ou em Embargos à Execução.*

Esclareço que a presente qualificação do recurso como candidato à afetação à sistemática dos repetitivos visa complementar o importante trabalho de seleção de recursos representativos da controvérsia, executado pelos presidentes e vice-presidentes dos tribunais de justiça e tribunais regionais federais, consoante o § 1º do art. 1.036 do CPC, **não vinculando**, conforme §

4º do referido dispositivo legal, o relator sorteado, que é o competente para analisar o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do recurso para submeter a questão ao Plenário Virtual a fim de possível afetação da matéria ao rito dos repetitivos.

Ressalto, contudo, que o julgamento deste processo sob o rito dos recursos repetitivos, precedente qualificado de estrita observância pelos juízes e tribunais nos termos do art. 121-A do RISTJ e do art. 927 do CPC, orientará as instâncias ordinárias, cuja eficácia refletirá nos processos eventualmente suspensos, balizando as atividades futuras das partes processuais, dos advogados e dos magistrados. O julgamento qualificado poderá, ainda, evitar decisões divergentes nas instâncias de origem e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais a esta Corte Superior.

Por fim, para permitir a possível afetação de dois ou mais recursos repetitivos, consigno que foram destacados os seguintes processos que veiculam idêntica matéria a destes autos para tramitar nesta condição no STJ: Recursos Especiais n. 1.863.830/SC e 1.863.832/SC.

**Ante o exposto**, com base na diretriz regimental prevista no art. 46-A, de que cabe à Comissão Gestora de Precedentes sugerir medidas destinadas a ampliar a afetação de processos aos ritos dos recursos repetitivos e da assunção de competência, com fundamento no § 3º do art. 55 do CPC e no art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, distribua-se o presente processo por prevenção ao Recurso Especial n. 1.520.710/SC (2015/0056727-0).

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017